

Ata da XV Reunião do Comitê Nacional de Biotecnologia – XV CNB

Data: 12 de agosto de 2010

Local: 3º andar, Sala de Reunião da ABDI, Brasília, DF

Participantes:

Conforme Lista de Presença anexa.

Abertura

A reunião foi aberta às 10h20 pelo Coordenador suplente, na ausência do Secretário por motivo de saúde. Havia quórum com 15 membros presentes. Além dos representantes das entidades-membro, estavam presentes os seguintes convidados:

- Prof. Oswaldo Alves, da Unicamp, para tratar da nanotecnologia.
- Sra. Fernanda Piza, acompanhada do Sr. Henrique Tada da ALANAC, para tratar da contribuição do Fórum de Biotecnologia à CP 49 da Anvisa sobre o registro de produtos biológicos novos e produtos biológicos.
- Sr. Eduardo Giacomazzi, da BRBiotec, que tratou da participação brasileira na BIO 2010.
- Os Coordenadores dos GT do Fórum de Biotecnologia, o Industrial, Sra. Márcia Pontes, o de GT Saúde Humana, Sr. Márcio Bosio, e o GT Agronegócio, Sra. Marilena Hollanda.

A ata da XIV Reunião do CNB foi aprovada por consenso e foram adotadas alterações na agenda da reunião, como se segue.

1) MARCO REGULATÓRIO DA NANOTECNOLOGIA

O Prof. Oswaldo Alves fez uma apresentação sobre os fundamentos da nanotecnologia, abordando as questões do marco regulatório, que envolvem a definição do que é o tamanho “nano”, e incluem a ciência de origem da tecnologia, que pode ser na física, na biologia ou outras áreas. Destacou que o USPTO – United State Patent Trade Office trabalha para a criação de uma classe de patenteamento para a nanotecnologia. Ressaltou as novas áreas de nanotoxicologia e genotoxicologia, que indicam o desenvolvimento de uma transdisciplinariedade, fato que considera o início de um processo de mudança na tradicional hierarquia das ciências na Academia brasileira. Informou sobre os investimentos mundiais de cerca de US\$24 bilhões por ano em nanotecnologia e que o Brasil poderá movimentar mais de US\$10 bilhões por ano, baseando-se numa referência de 2007. No mundo a nano está em produtos de “saúde&fitness”, seguida por produtos de “casa&jardim”, “automotivos” e “eletrônicos&computadores”. Afirmou, ainda, que está havendo um retorno à tese da pulverização de materiais, para aumentar a eficiência devido ao aumento da área de contacto. Em termos de substâncias, as nanoestruturas são preferencialmente feitas de prata, material que é seguido de longe de carbono, zinco, sílica, titânio e ouro. Afirmou que é fundamental que o programa de nano privilegie o fomento à produção de matérias-primas, como a prata, mas também apoie outra condição essencial que é a de criação e manutenção de ambientes limpos. Relacionou bens de capital que devem ter o acesso facilitado para as empresas e informou que o SENAI está se preparando para atuar em nanotecnologia. Disse que em alguns países os próprios consumidores reagiram às restrições impostas pela regulação, em função da melhoria da qualidade de vida decorrente dos produtos que já estão sendo comercializados.

Lembrou que a campanha de “risco” é uma construção social vinculada à mídia, aos interesses econômicos e ao próprio desconhecimento em relação a uma nova tecnologia. Comparou o sistema europeu, baseado no “princípio da precaução”, com o sistema norte-americano, baseado na relação empresa-mercado. Questionou qual o modelo que a regulação da nanotecnologia devia adotar: **bottom-up** ou **top-down**, ou seja, normas baixadas burocraticamente, antes da tecnologia existir, ou normas construídas a partir da experiência com os produtos. Informou sobre o impacto da norma “Reach” da UE sobre as nanotecnologias. Segundo ele, não há interesse de se fazer uma regulação específica e segregada da nanotecnologia, mas regulá-la dentro das já existentes. Citou a existência de programas voluntários em outros países, informando que a partir de abril de 2010 passou a ser adotado o princípio do “no data, no market”, o que cria a necessidade de regras mandatórias, derivadas da forte atuação de ONGs ambientalistas, embora que em vários casos não se reconheça uma agenda brasileira nelas, mas estrangeira. Ressaltou que o Lítio das baterias é matéria-prima concentrada na Bolívia, mas no caso do Brasil, outra matéria-prima relevante é o Índio. Destacou que já existe uma “nano-geopolítica” sobre as fontes de matérias-primas. O Brasil tem algo de Nióbio, Lítio e Índio, mas muito grafite, todos materiais nanotecnológicos. Informou sobre situação similar na África, destacando o alto investimento de chineses naquele continente.

Foi apartado pelo Coronel Newton Santarossa, representante do Ministério da Defesa, que confirmou as preocupações com a estratégia de defesa brasileira com relação à exploração destes materiais. Prof. Oswaldo Alves lembrou que as “*terras raras*” destacadas na tabela periódica foram consideradas estratégicas pela China que proibiu sua exportação, embora o Brasil também tenha boas jazidas destes elementos químicos.

O Coordenador agradeceu a notável palestra do Prof. Oswaldo Alves e abriu a palavra lembrando que os comentários devem tratar da apropriação do marco regulatório de Nano para a Biotec, naquilo em que a Biotec avança sobre a Nanotecnologia.

Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do MCT, contou sobre o início da Lei de Biossegurança e o fato de que levou 10 anos até que a mesma fosse editada. Ressaltou que outros países não têm Lei de Biossegurança. Disse que a maior preocupação da nanotecnologia é com relação aos impactos à saúde humana. Ressaltou que não seria adequado dedicar tempo a construção de uma lei de “nanobiossegurança”.

Prof. Oswaldo Alves concordou que é preciso trabalhar com nano dentro dos marcos regulatórios atuais, sempre tendo em consideração que é preciso oferecer segurança jurídica ao investidor.

Sr. Marcelo Moreira, representante da ANVISA, disse que a Anvisa já foi sensibilizada para criar uma RDC específica para nanotecnologia e que vai usar o exemplo da norma para rádio-fármacos, buscando descomplicar os registros.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, disse que há uma tradição autárquica no Brasil e os caminhos nem sempre são os mais eficientes. Recomendou o engajamento de todos na normalização que hoje ocorre nos fóruns internacionais, pois as cadeias são transnacionais.

Sr. Jaime Oliveira, representante da Casa Civil, disse que tem de haver uma discussão aprofundada sobre a necessidade de regulamentação específica e a substância da regulamentação; disse se preocupar com a compartimentação da regulamentação: bio, nano, bionano, etc. É preciso pensar em uma estratégia de regulamentação mais abrangente, que seja específica para algo realmente novo. Citou o Canadá com os regulamentos para “*novell products*”, categoria mais abrangente no critério de risco à biossegurança.

Sr. Pedro Binsfeld, representante do Ministério da Saúde, manifestou sua preocupação com o tempo de desenvolvimento do marco legal, e com a participação

na normalização internacional. Disse que a regulamentação da nanotecnologia não deve se restringir a Anvisa, pois esta cuidaria apenas de 1/3 dos produtos regulados.

Sr. Gilberto Soares, representante da FINEP, cumprimentou o Prof. Oswaldo pela apresentação e afirmou que os desdobramentos deverão ser naturais e que os alertas são suficientes para encaminhar a estratégia de regulamentação.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, disse que é preciso ter cuidado com a idéia de participação em Fóruns internacionais, argumento que coincidiu com o representante do BNDES, Sr. João Paulo Pieroni, quando disse que devemos participar nos fóruns internacionais, mas também observar o estágio do desenvolvimento de nossa indústria.

O Coordenador ressaltou a importância de participação nos fóruns internacionais, apresentando a estatística da participação brasileira na ISO – International Organisation for Standardisation, que alcançava 1 % das oportunidades de normalização em 2000.

Prof. Sueli Soares Felipe, representante do MCT, percebe que o setor produtivo está caminhando muito rápido, mas que a segurança jurídica é fundamental para o investimento. Com relação às nanobiotecnologias, é preciso avançar em testes clínicos e pré-clínicos, apesar de ainda não haver infraestrutura adequada para as biotecnologias.

Sr. Gilberto Soares, representante da FINEP, retomou a questão de que os fomentos da FINEP muitas vezes não resultam em produto final pela falta de marco regulatório.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, esclareceu que a questão básica da propriedade intelectual na nano é de como o inventor pode se apropriar do privilégio da exploração comercial.

Ao final desta apresentação, o Sr. Wilker Ribeiro, representante da ABDI, disponibilizou cópias de “Cartilha sobre Nanotecnologia”, editada pela agência em parceria com Prof. Oswaldo Alves, que contém, entre outros, referências bibliográficas sobre marco regulatório e produtos no mercado utilizando nanotecnologia.

2) IMPACTOS DA CONSULTA PÚBLICA 49 da ANVISA SOBRE A PDP-BIOTEC

O Coordenador convidou a Sra. Fernanda Piza para apresentar as questões de política industrial envolvidas nas definições da CP49 da ANVISA sobre procedimento de registro de produtos biológicos novos e produtos biológicos. Informou que o Fórum de Biotec se manifestou na CP49, indicando sua competência legal (Decreto 6.041) e citando a PDP-Biotec como razão para adoção de correções em pontos que prejudicavam a competitividade da indústria nacional em relação à estrangeira. Os pontos apresentados fazem parte do documento preparado pelo Fórum, distribuído junto com a Ata de Reunião.

Sra. Fernanda Piza fez sua apresentação informando que ALANAC, FIESP, ABIFINA e FIOCRUZ compartilhavam da posição.

O Coordenador ressaltou a qualidade da apresentação e considerou que a questão técnica está agora em mão da ANVISA e que não caberia rediscutir tecnicamente o assunto, mas ressaltar que tanto o Fórum quanto o CNB têm um papel de comunicar aos demais órgãos do governo as interferências entre o marco regulatório e a PDP-Biotec, devendo atuar sempre que estas questões forem levadas como posições setoriais pelos GT ao Fórum. Destacou que os órgãos de governo devem procurar, por seu lado, dar atenção aos aspectos levantados pelo Fórum de Competitividade da Biotecnologia. Foi consensual a avaliação sobre a qualidade e importância da apresentação.

Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do MCT, comentou que, após quatro anos da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, nós ainda não somos um *player* internacional. Disse que se deve pensar que o mercado regulado brasileiro se restringe à US\$250 bilhões versus o mercado mundial de US\$7 trilhões, e este é que

deveria ser objeto de políticas públicas. Disse que é preciso aproveitar a área farmacêutica, capitalizando o setor para obtenção, por exemplo, de registro no FDA para novos medicamentos.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, disse que o CNB tem um papel sinalizador. Disse que é preciso aprofundar o debate sobre a estratégia da Biotecnologia para o Brasil. Concorde que uma estratégia de mercado interno para esses produtos não é suficiente e, por isso, o marco regulatório a ser atendido é o externo. Ele questionou se a norma mais exigente seria pura barreira ou se haveria justificativa em termos de riscos e de garantia da biossegurança.

Sr. Márcio Bosio, coordenador do GT Saúde Humana do Fórum, destacou que as questões levantadas são estratégicas para o desenvolvimento da indústria nacional. É preciso ter metas para a PDP-Biotec que envolvam esta avaliação estratégica da competitividade da indústria nacional.

Prof. Sueli Soares Felipe, representante do MCT, expressou seu contentamento pela participação de representantes da indústria na reunião do CNB. Ressaltou a visão apresentada pelo Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro com relação às opções entre mercado nacional e global, mas acredita que há espaço para uma estratégia nacional, por exemplo, concretizável em instrumentos tais como a regulamentação nacional. Esta pode ser utilizada por um certo tempo, em favor da empresa de capital brasileiro antes da sua exposição à regulamentação estrangeira.

Sr. Gilberto Soares, representante da FINEP, afirmou que é preciso uma estratégia clara sobre a conjuntura regulatória para as empresas. Reconheceu a possibilidade de que empresas de origem estrangeira possam avançar sobre as empresas nacionais.

Sr. João Paulo Pieroni, representante do BNDES, disse que alguns produtos biotecnológicos são do mercado público, representariam 2% em unidades e 40% no valor. Disse que ainda haveria oportunidade para o produto brasileiro no mercado global, pois ainda há poucos registros de produtos biológicos novos e produtos biológicos no mundo.

Sra. Fernanda Piza disse não duvidar de que os investidores em Biotec não pensam apenas no mercado nacional, mas dependeriam deles para viabilizar a participação no mercado internacional. Entretanto, reconhece que essa transição precisa ser feita rapidamente. Disse que nesta etapa não é possível alcançar o padrão “internacional”, pois isso inviabilizaria a indústria nascente.

Sr. Henrique Tada, representando a ALANAC, disse que o marco regulatório de genéricos seguiu a mesma estratégia que se está pedindo hoje para produtos biológicos e biotecnológicos.

Sr. Marcelo Moreira, representante da ANVISA, agradeceu pela visão apresentada, mas ressaltou que é distinta da apreciação interna de um órgão regulatório. Disse que a flexibilização permitiria a entrada de produtos de baixa qualidade, o que também traria problemas de competitividade à indústria nacional. Concorde que o know-how de fabricação de produtos biotecnológicos ainda é frágil no Brasil, o que leva a transferência de tecnologia ser eleita como a melhor opção.

Foi feita uma exortação para que os membros do CNB informem aos órgãos de que fazem parte sobre a competência legal do Fórum de Competitividade da Biotecnologia, conforme previsto no Decreto 6.041, pedindo para que se dê destaque às manifestações encaminhadas pelo Fórum que se relacionem com os objetivos da PDP-Biotec.

3) RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA BIO 2010

O Coordenador convidou o Sr. Eduardo Giacomazzi, representante da BRBiotec, para apresentar relatório sobre a participação na BIO 2010 e a manifestação sobre os

aspectos que deveriam ser abordados na revisão da Política de Biotecnologia. Ambos os documentos serão disponibilizados na página do CNB. O Coordenador lembrou que, pela primeira vez, houve uma coordenação entre o setor privado e governo no sentido de divulgar a Biotecnologia brasileira para o mundo. Destacou que a BRBiotec-Brasil passa a ser a marca que representa o Brasil no mundo.

Sr. Eduardo Giacomazzi informou sobre a visita ao Brasil da MPI, empresa especializada em estudos clínicos e pré-clínicos, em função do contato feito na BIO-2010, de forma que a empresa avaliasse o interesse de investimentos aqui. Trata-se de ação relevante para o desenvolvimento da Biotec, dada a carência brasileira de infraestrutura.

Relatou a iniciativa da realização de um evento internacional, em parceria com a Feira Analytical, a ser confirmada. Participam da iniciativa o MCT, o MDIC, a ABDI, o SEBRAE Nacional e a APEX-Brasil. Também informou a todos que a BIO 2011 será realizada de 27 a 30 de junho, na cidade de Washington, D.C., USA.

Apresentou o documento contendo os pontos críticos para negócios de Biotec no Brasil, elaborados com base nas discussões ocorridas durante a BIO 2010. Esse documento contém aspectos que deveriam ser analisados durante a revisão da Política de Biotecnologia.

O Coordenador informou que levará a carta para o grupo que iniciará a formulação da PDP-Biotec 2011-2014 no próximo dia 18 de agosto de 2010.

Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do MCT, ressaltou que a atração da MPI foi um resultado positivo da participação na Bio2010.

4) Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA

Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do MCT, relatou que a idéia do CBA é antiga. Disse haver uma grande pressão por notícias sobre o encaminhamento a ser dado ao CBA, como empresa pública, conforme discussão no grupo de trabalho interministerial. Entretanto, reconhece que é possível que a solução “empresa pública” não seja o melhor caminho. Considera que a Biotecnologia brasileira necessita de aumento de investimentos do setor privado, comparativamente a outros países com sucesso na Biotecnologia. Questionou sobre como o CBA poderia atrair os investimentos do setor privado, lembrando que a ausência de personalidade jurídica impede que a instituição se relacione com empresas. Relatou que hoje só há bolsistas no CBA. Uma possível solução para esse impasse seria a emancipação gradual do CBA, tendo como primeiro passo o de se tornar um departamento na estrutura regimental do MDIC, o que seria factível por intermédio de norma infralegal.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, sugeriu o modelo da empresa brasileira de radiofármacos. Disse que ainda há sentido em manter o CBA para exploração sustentável da biodiversidade brasileira.

Sr. Gilberto Soares, representante da FINEP, relembrou sobre as cifras investidas e a idade do projeto que já se aproxima do ponto de elevação dos custos de manutenção. Levantou a necessidade e oportunidade de que as empresas se localizassem na estrutura do CBA, apesar de considerar que o CBA também deva se dedicar a pesquisas. Concordou sobre a necessidade de decidir se o CBA serve aos seus propósitos originais e a de identificar quais são os objetivos atuais.

Sr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do MCT, lembrou da rede Renorbio, que alcançou o resultado de 40 patentes depositadas nos últimos anos. Prof. Sueli Soares Felipe, também representante do MCT, propôs que fosse feita uma proposta de integração do CBA como unidade orçamentária e de pessoal, vinculada ao MDIC.

O Coordenador lembrou que uma possibilidade seria uma parceria público-privada, por meio de prestação de serviços para MPE e academia com taxas administradas. Há outras possibilidades, como a criação de Parque Tecnológico.

DELIBERAÇÃO 1: Formar um Grupo de Trabalho composto por MDIC, INPI, MCT, BNDES, MS, MAPA e FINEP que trabalhará na busca de informação sobre os impasses enfrentados na organização operacional do Centro Brasileiro de Biotecnologia (CBA), para posteriormente avaliar a possibilidade de se propor e encaminhar uma solução alternativa. Esse Grupo deverá ser coordenado pelo MDIC.

5) RELATÓRIO DE CRÍTICAS E SUGESTÕES SOBRE MECANISMOS DE FOMENTO

Com relação aos comentários oriundos dos Grupos de Trabalho do Fórum de Biotecnologia, o Coordenador relatou que recebeu resposta formal do BNDES e estava recebendo a da FINEP durante a reunião. Destacou o intuito de buscar uma revisão jurídica sobre os procedimentos e verificar possibilidades de aperfeiçoamento legal, no sentido de remover barreiras ao acesso aos recursos pelas MPE.

Sr. Gilberto Soares, representante da FINEP, lembrou das suscetibilidades que podem surgir no departamento jurídico do órgão. Alegou que o diagnóstico foi simplista em relação à complexidade das operações. Disse que alguns aspectos não são tão simples, nem necessariamente apenas de aspecto jurídico.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, disse que acredita que a FINEP tem feito um esforço hercúleo para atender ao aumento de demanda provocado pelo aumento dos recursos disponíveis. Isso, entretanto, não impede que seja feita uma reflexão sobre seu funcionamento e os mecanismos. Lembrou que há anos eram duas FINEP: uma dos recursos reembolsáveis e outra dos recursos do FNDCT. Sugeriu que seria possível combinar subvenção com crédito, em função do risco dos projetos em fluxo contínuo.

Sr. João Paulo Pieroni, representante do BNDES, informou que as respostas do BNDES foram apresentadas na última reunião do Fórum e que os questionamentos demonstravam desconhecimento, uma vez que havia questões mais operacionais do que jurídicas. Citou o caso de subvenção pelo BNDES e sugeriu que na busca de aperfeiçoamento fossem privilegiadas questões mais estratégicas do que pontuais.

As respostas serão encaminhadas ao Fórum de Competitividade da Biotecnologia, para discussão e análise.

6) BIOTECNOLOGIA E DEFESA

O Comandante Sérgio Corrêa, representante do Ministério da Defesa, introduziu a apresentação sobre o papel do Ministério da Defesa e as potencialidades na área de Biotecnologia.

O Coronel Newton Santarossa, também representante do Ministério da Defesa, iniciou a apresentação ressaltando a necessidade de integração dentro do governo. Relatou que há um papel de produção estratégica e desenvolvimento tecnológico, como também de biossegurança. Tratou da capacidade de produção de insulina no PAQFA (laboratório farmacêutico da aeronáutica) desde 1977. Apresentou várias áreas de atuação que envolvem processos biotecnológicos. Destacou o papel da BIOMAR no desenvolvimento da Biotecnologia marinha.

O Coordenador destacou o relevante papel da Defesa na infraestrutura da biotecnologia e no desenvolvimento de empresas de Biotec brasileiras. Lembrou que 60% dos recursos do governo americano gastos com P&D são na área da defesa, havendo empresas que se consolidaram apenas porque se tornaram fornecedoras do governo. Questionou se não haveria oportunidade para tais desenvolvimentos no Brasil, tais como com kits diagnósticos e biosensores, por exemplo, que poderiam ser demandados para a época da Copa do Mundo de 2014.

Sr. Wilker Filho, representante da ABDI, também elogiou a apresentação e retomou o histórico da produção de biológicos. Questionou sobre a existência de oportunidades

para as empresas na política de compras e desenvolvimento da Defesa, inclusive na parte de encomendas tecnológicas.

Sra. Zea Mayerhoff, representante do INPI, agradeceu e elogiou a apresentação. Destacou a importância do alinhamento dos órgãos de governo, inclusive com relação ao Centro de Recursos Biológicos.

O Comandante Sérgio Corrêa e o Coronel Newton Santarossa apresentaram o caso de encomenda do Ministério da Defesa (MD) de 06 unidades de radar produzido por empresa presente no Brasil. Também abriram a possibilidade de visita técnica de membros do CNB a instalações do MD relacionadas à biotecnologia.

7) PDP-BIOTEC 2011-2014

O Coordenador informou sobre o processo participativo iniciado na reunião do dia 21 de julho do Fórum de Competitividade da Biotecnologia. Naquela reunião houve uma proposta para o futuro da PDP-Biotec apresentada como um “ensaio” e que recebeu 3 contribuições posteriormente: ALANAC, MCT e BNDES. Estas três propostas, mais a carta da BRBiotec, serão consideradas na reunião do próximo dia 18 de agosto. Em seguida, a estrutura do Fórum e o CNB serão chamados a participar e criticar da forma mais viável seja via consulta eletrônica ou reuniões presenciais.

Os resultados da reunião do dia 18/08 serão encaminhados para comentários em forma eletrônica aos membros do CNB.

8) RELATÓRIO SOBRE CRB – REDE DE CENTROS DE RECURSOS BIOLÓGICOS

Sra. Zea Mayerhoff, representante do INPI, informou sobre o re-lançamento do edital para a construção do Centro Brasileiro de Recursos Biológicos. Disse que houve uma impugnação por causa da exigência de domínio da tecnologia de salas limpas. O início da construção está previsto para outubro de 2010. Com o cronograma estendido, a conclusão da obra seria em dezembro de 2011. Mas é possível, havendo recursos, que haja antecipação.

Com relação à Rede de CRB, relatou a reunião havida no MCT, na qual se esclareceu as formas de adaptação para submissão de projetos para obtenção de recursos de fomento para captar mais apoio à construção da rede. Após a finalização da compilação das informações no novo Termo de Referência haverá a etapa de avaliação pelo MCT para o apoio inicial. Quando aprovado, este TR será logo encaminhado para início da construção da rede.

Prof. Sueli Soares Felipe, representante do MCT, sugeriu que o BNDES reavalie a sua posição sobre os recursos quando a nova proposta estiver concluída.

9) RELATÓRIO DO FÓRUM DE COMPETITIVIDADE DA BIOTECNOLOGIA

(Reunião 21-07-2010)

O Coordenador relatou o envolvimento do Fórum de Competitividade da Biotecnologia na consulta pública da ANVISA e da participação do Fórum na elaboração da PDP-Biotec. Informou ter levantado na reunião do Fórum a questão do seguro e dos derivados na negociação do regime de responsabilidade e compensação do Protocolo de Cartagena. Além desses tópicos, também foram abordados aspectos que comprometem o sucesso das políticas para agronegócio e saúde humana. O GT Agropecuária trouxe novas moções para encaminhamento à Casa Civil com relação aos APL de Cultivares e de Acesso a Recursos Genéticos, demandando seus encaminhamentos ao Congresso.

Sra. Marilena Hollanda, representante do MAPA, apresentou dúvidas sobre o efeito das moções em face do momento no processo legislativo. Destacou que há questões de toda a ordem que podem criar obstáculos à aprovação dos PL no Congresso e solicitou que as moções do GT Agronegócio fossem encaminhadas, caso o CNB julgasse procedente.

Sr. Jorge Ávila, representante do INPI, relatou conversa sobre o ranking do Brasil em termos de atração de investimentos para Biotecnologia. Informou sobre uma proposta de pesquisa de Biotecnologia pela revista Scientific America. Disse que a maior preocupação está na propriedade intelectual e solicitou um encaminhamento mais célere do tema. Disse que se tratam de 2 temas, um deles o do escopo de patenteamento, outro a eficiência da concessão de patentes. Lembrou do problema da Lei de Acesso com relação ao dispositivo legal da legislação com relação à anuência prévia.

Sr. Jaime Oliveira, representante da Casa Civil, questionou se eram casos de antes da entrada em funcionamento do CGEN. Lembrou que há entraves a essa regularização dos passivos, depósitos feitos sem evidência de ter havido autorização prévia. Mas lembrou que o novo APL não resolverá a questão das pendências. É preciso projetar uma solução legal específica.

O Coordenador lembrou que este assunto tem sido tema permanente nesse Comitê. Quando se avança numa solução de medida legal de anistia, no âmbito da MP, se acena com o encaminhamento do novo APL de acesso.

DELIBERAÇÃO 2: Transmitir aos demais membros do CNB as propostas de medidas legais elaboradas pelo INPI para tratar do art. 26 da MP de Acesso a Recursos Genéticos para posterior pronunciamento e encaminhamento à Casa Civil, com exposição de motivos interministeriais.

DELIBERAÇÃO 3: Encaminhar à Casa Civil expediente transmitindo as 2 (duas) moções elaboradas no âmbito do GT Agronegócio do Fórum de Competitividade da Biotecnologia, comunicando o interesse do CNB de que os anteprojetos de Lei de Proteção de Cultivares e de Acesso a Recursos Genéticos sejam encaminhados para o subseqüente processo legislativo.

10) RELATO SOBRE O II ENCONIT BIOTEC

O número de inscritos no II ENCONIT Biotec foi de 235, tendo participado 109 pessoas no primeiro dia e uma média de 78 representantes de empresas nos dois dias seguintes. A proposta era consolidar um espaço para as MPE de Biotecnologia, meta que foi alcançada. Para o ano de 2011, a proposta é a realização de um evento internacional. A idéia é de promover o “casamento” entre empresas, investidores e academia. A Comissão Organizadora envolve os seguintes órgãos: MCT, APEX-BRASIL, SEBRAE Nacional, MDIC e a ABDI.

Prof. Sueli Soares Felipe, representante do MCT, considera muito adequado juntar os esforços na criação de uma “BIO-Brasil”. Citou o Congresso de Biotecnologia que acontecerá em outubro de 2010, cujas inscrições são predominantemente da academia, e o ENCONIT como espaço das empresas. Sugeriu que o ENCONIT seja feito dentro da BIO-Brasil, juntando forças com a Academia.

Prof. Fátima Grossi, representante da Capes, comentou sobre a iniciativa de criar uma revista de Biotecnologia no Brasil, cobrindo as áreas de biotecnologia animal, vegetal, industrial e ambiental, que possa ser atraente a autores estrangeiros.

Prof. Oswaldo Alves afirmou que é editor para a América Latina de uma revista chamada Recent Patents in Nanotechnology. Disse que a revista serve para indicar os caminhos da tecnologia e para atração de patentes. Sugeriu uma edição especial que realizasse uma pesquisa de patentes de Biotecnologia.

Sra. Zea Mayerhoff, representante do INPI, informou sobre a “Academia de PI e Inovação” criada no INPI e se ofereceu para contribuir nas duas iniciativas de publicações, de Nanotec e de Biotec.

Profa. Sueli Soares Felipe, representante do MCT, exortou a participação de todos no Congresso de Biotecnologia, questionando sobre a frequência dos eventos de cunho acadêmico e de cunho empresarial, que deveria ser de no mínimo a cada 2 anos.

Sra. Fernanda Piza afirmou que falta às empresas de base tecnológica a visão comercial e considera fundamental o trabalho de *coaching* para a promoção comercial.

11) DELIBERAÇÕES

DELIBERAÇÃO 1: Formar um Grupo de Trabalho composto por MDIC, INPI, MCT, BNDES, MS, MAPA e FINEP que trabalhará na busca de informação sobre os impasses enfrentados na organização operacional do Centro Brasileiro de Biotecnologia (CBA), para posteriormente avaliar a possibilidade de se propor e encaminhar uma solução alternativa. Esse Grupo deverá ser coordenado pelo MDIC.

DELIBERAÇÃO 2: Transmitir aos demais membros do CNB a proposta de MP elaborada pelo INPI para tratar do art. 26 da MP de Acesso a Recursos Genéticos para posterior pronunciamento e encaminhamento à Casa Civil, com exposição de motivos interministeriais.

DELIBERAÇÃO 3: Encaminhar à Casa Civil expediente transmitindo as 2 (duas) moções elaboradas no âmbito do GT Agronegócio do Fórum de Competitividade da Biotecnologia, comunicando o interesse do CNB de que os anteprojetos de Lei de Proteção de Cultivares e de Acesso a Recursos Genéticos sejam encaminhados para o subseqüente processo legislativo.

Preparado em 8/09/2010
Sergio Figueiredo